



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

A Câmara Técnica não é deliberativa. Os itens aqui discutidos e pactuados serão avaliados na reunião da CIB e poderão ser alterados.

ATA DA REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE VIGILÂNCIA E RESPOSTA

4 LOCAL: Online.

5 DATA: 27 de novembro de 2025

6 HORÁRIO: 9h

8 PRESENTES À REUNIÃO

⁹ SES: Lourdes Remor (CIB), Fábio Gaudenzi (SUV), João Fuck (DIVE/SUV/SES),
¹⁰ Márcio Pacheco de Andrade (LACEN/SUV), Arieli Schiessl Fialho
¹¹ (GEDIM/DIVE/SUV).

13 COSEMS: Andreza (COSEMS), Clemilson (COSEMS), Pedro Augusto (AMFRI),
14 Leonardo A. Galindo (Blumenau), Talita Piccoli (Jaraguá do Sul), Djana Paula
15 Matioski Hoepers (Planalto Norte), Gabriela Minks (Meio Oeste), Carla Petry (Alto
16 Uruguai Catarinense), Daianne Machado Barboza (Serra Catarinense), Ana Paula
17 dos Reis (Nordeste), Neusa Antunes da Silva (Alto Vale do Rio do Peixe), Giane
18 Carvalho (Cocal do Sul), Michele Marcon Telles (Pare/Florianópolis), Leandra
19 Oliveira Porto (Chapecó); Andreza (Cosems); Vera (Araranguá/Região de
20 Araranguá).

22 COORDENAÇÃO DA REUNIÃO: FÁBIO GAUDENZI FARIA.

PAUTA

1. Resolução do COFEN 795/2025 e impacto nas atribuições da enfermagem em sala de vacina e na formação de vacinadores – DIVE e COSEMS
 2. Proposta do MS para ampliação dos municípios a receberem a vacina contra a dengue – DIVE
 3. Manutenção das ações de vigilância durante o período do final do ano/recesso – DIVE.

32 1. RESOLUÇÃO DO COFEN 795/2025 E IMPACTO NAS ATRIBUIÇÕES DA ENFERMAGEM

33 EM SALA DE VACINA E NA FORMAÇÃO DE VACINADORES

34 Fábio Gaudenzi Faria (superintendente de Vigilância em Saúde/SES) inicia a
35 reunião. Fábio Gaudenzi informa que realizaram tratativas com o CORen. João
36 Fuck (Diretor de Vigilância Epidemiológica/SES) e Arieli Fialho (Gerente de
37 Imunização/SES) apresentam o tema. João Fuck informa que existe no estado
38 uma Portaria, a 1.332/2022 que estabelece o regramento sanitário e técnico para
39 abertura de salas de vacinas, públicas e privadas. Esta Portaria 1332 é que dá
40 essas orientações. Informa que os profissionais técnicos de salas de vacina
41 realizam capacitações específicas para salas de vacinas. João Fuck informa
42 também, que esta Portaria está sendo revisada para alguns ajustes. Cita que
43 continuará sendo oferecido o curso de capacitação, em função de alguns pontos
44 complexos como cartão de vacinas com vacinas atrasadas. Menciona que existem
45 protocolos para as vacinas de rotinas. João cita ainda que não vê grande impacto



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

46 no SUS a Resolução do COFEN. Ariele Fialho (Gerente de Imunização/DIVE/SES)
47 coloca que manterão a qualificação dos profissionais, mesmo as capacitações não
48 sendo obrigatórias, sobretudo no uso dos imunobiológicos especiais. Neste
49 momento fica mantida a solicitação médica para os imunobiológicos. Fábio
50 Gaudenzi (Superintendente das Vigilâncias/SES) com relação aos cursos,
51 esclarece que o curso não é para ensinar a aplicação. O curso em si não é para
52 ensinar uma aplicação de um injetável. O curso é para entender, para possuírem o
53 entendimento do que podem ou não aplicar de forma simultânea, quais e como
54 podem aplicar vacinas atrasadas e outros pontos. Cita que sempre surgem
55 dúvidas de quais vacinas podem ser aplicadas simultâneas e outros. Que recebem
56 questionamentos de gestores e técnicos. Ressalta que não é o ato em si. Pedro
57 Augusto (AMFRI) coloca as dificuldades em fazer o curso, pois é oferecido uma
58 vez por ano e que restringe a uma pessoa por município. João Fuck informa que
59 foram 3 vezes ao ano e que não tem limitação do número. João esclarece que o
60 curso é oferecido de maneira remota e presencial e que a parte presencial, foram
61 realizadas em mais turmas. Neusa Antunes da Silva (Alto Vale do Rio do Peixe)
62 coloca que o assunto angustia muito os profissionais quanto à saúde e de longa
63 data. Cita que não possui capacitação para salas de vacinas em sua região. E cita
64 também, que a questão não se refere ao ato de aplicar em si, mas, na segurança
65 do paciente, decorrente da habilitação do profissional da sala de vacina. Fábio
66 Gaudenzi solicita que as falhas em aplicações, erros, sejam registrados, para que
67 no passar do tempo, justificar a necessidade de formação do profissional. Fábio
68 Gaudenzi coloca que pensam em facilitar aos profissionais com a implantação de
69 um canal para dúvidas e consultas dos profissionais. Djana Paula Marioski
70 Hoepers (Monte Castelo, Planalto Norte) menciona que recorda de um curso
71 somente. Solicita que a Escola de Saúde Pública ofereça o curso online mais
72 vezes ao ano. Cita que a rotatividade dos profissionais é grande, tanto que fechou
73 salas porque perdeu profissionais para outros municípios. Ariele Fialho refere que
74 acompanham erros na imunização, portanto, manterão os cursos. Esclarece que
75 cada curso online, em seguida é feito o curso presencial. Leonardo A. Galindo
76 (Blumenau) coloca que, esporadicamente, vem profissionais com certificados de
77 cursos. Ariele Fialho esclarece que no estado, o curso para vacinas, deve ser o
78 curso oferecido pelo estado, de acordo com a Portaria vigente. Se a Portaria for
79 modificada, ela descreverá os requisitos de outros certificados o que deverá
80 constar para que o curso de outros lugares seja validado. Vera (Araranguá) coloca
81 que profissionais que vieram de outros lugares não puderam exercer atividades
82 em sala de vacina, por não possuírem o curso e que estão com várias salas de
83 vacinas fechadas. Daiane Barboza (Lages/Serra Catarinense) informa que
84 participou do curso de microplanejamento com relação às vacinas e que possuem
85 22 salas de vacinas e 15 abertas. Estão realizando curso de vacinação no
86 momento onde também está fazendo. Coloca a importância em realizar cursos de
87 vacinas e que o COFEN traz uma carga horária mínima para capacitação. Quanto
88 a questão jurídica, já tentaram abrir concurso público em Lages para salas de
89 vacinas, foi negado, pois alegam a existência da obrigatoriedade do curso do
90 estado. Ressalta que nem todo profissional gosta de trabalhar em sala de vacina.
91 E não dá para obrigar um profissional que não está apto para trabalhar em sala de
92 vacina, bem como a preferência. João Fuck refere que recebem relatos de
93 gestores municipais que os cursos atravancam o avanço da cobertura vacinal. Por



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

94 isso, os cursos do estado serão mantidos, mas tirando a obrigatoriedade do curso
95 ser oferecido do estado. Enfatiza que o curso é importante, lembrando que um
96 curso realizado há dez anos, estaria defasado, pelas frequentes atualizações nos
97 calendários de vacinas. Quando for campanha de vacinas, podem ser aplicadas
98 por outros profissionais, não sendo obrigatório ser o profissional da sala de vacina.
99 Ressalta também, que todos os profissionais de saúde devem conhecer sobre as
100 vacinas. Coloca que revisarão a Portaria do estado, ajustando à Resolução do
101 COFEN, mas, manterão os cursos do estado. Informa ainda, que já estão
102 aguardando as vacinas do vírus sincicial, que deverão chegar em mais ou menos
103 10 dias. Pedro Augusto (AMFRI) sugere oferecer o curso mais vezes ao ano,
104 sobretudo em regiões de grandes municípios. Andreza (Cosems) sugere fazer um
105 levantamento da demanda e melhorar a estratégia de comunicação.

106

**107 2. PROPOSTA DO MS PARA AMPLIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS A RECEBEREM A VACINA
108 CONTRA A DENGUE.**

109 João Fuck (Diretor da DIVE/SES) informa que recebeu ofício circular do MS em
110 novembro, em que o MS pretende ampliar a vacina da dengue em todos os
111 municípios do país. Destaca aqui na CIB, foram ampliadas as doses para a idade
112 de 10 a 16 anos, da metade do ano para frente, para tentar avançar na cobertura
113 e não perder as doses. O MS pensa em ampliar para todas as faixas etárias, mas
114 no momento, solicita que o estado volte a faixa etária de 10 a 14 anos como em
115 todos os estados. Com isso, é necessário uma organização, garantia da 2ª dose
116 para a faixa etária de 15 e 16 anos que já se vacinaram com a 1ª dose. A decisão
117 daqui será encaminhada à CIB. Pedro Augusto (Camboriú/AMFRI) coloca que, em
118 determinado momento deveriam ser adicionados os agentes de endemias para
119 receber as vacinas. Fábio Gaudenzi informa que o Butantã já possui vacinas
120 prontas, que serão aplicadas em dose única. Mas, não há informação oficial da
121 entrega das vacinas do Butantã. Que neste primeiro momento, manter a faixa
122 etária de 10 a 14 anos. Com o encaminhamento pelo MS das novas doses,
123 realizar a busca ativa dos usuários de 15 e 16 anos que já receberam a 1ª dose e
124 voltar para faixa etária de 10 a 14 anos. A liberação da vacina de Butantã será
125 para faixa etária até 59 anos. Vera (Araranguá/Região de Araranguá) informa que
126 não haviam sido contemplados com a ampliação de 14 para 15 a 16 anos. Fábio
127 Gaudenzi cita que o Butantã entregará uma quantidade grande de doses, que
128 quando forem entregues, as faixas etárias aumentarão. As, por enquanto, não há
129 informação oficial. Talita Piccoli (Jaraguá do Sul) informa que estão com poucas
130 doses das vacinas da dengue. Ressalta que há procura das duas faixas etárias,
131 até 14 anos e de 15 e 16 anos na sua Região. Neusa Antunes da Silva (Alto Vale
132 do Rio do Peixe) coloca sobre as dificuldades nas orientações. E que na sua
133 Região, existem muitos pequenos municípios e todos esperam pela vacina da
134 dengue. Neusa cita outro ponto, que a população pensa que a vacina será para
135 todos. Não sabem que haverá faixa etária. Fábio Gaudenzi menciona a
136 comunicação. Que deverá ter muita comunicação sobre a vacinação contra a
137 dengue, as faixas etárias, período de vacinação. Isso é muito importante para que
138 a população seja informada. Pedro questiona sobre a quantidade e a organização.
139 Fábio Gaudenzi coloca que as duas vacinas que estarão distribuídas, não se sabe
140 como serão organizadas. Aguardando as orientações e prioridades do MS. Ariele
141 Fialho informa que as vacinas sempre são distribuídas proporcionalmente aos



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

142 municípios. Ariele informa também, que a distribuição das vacinas pelo MS é por
143 remessa, não são distribuídas todas em uma única remessa. A cada remessa, são
144 calculadas as proporções que serão distribuídas aos municípios. Isto posto, não
145 dá para informar a quantidade com antecedência, para organização nos
146 municípios. Neusa Antunes da Silva (Alto Vale do Rio do Peixe) coloca que faz
147 perguntas, pois ela é a porta-voz da sua Região. Resume que entendeu, que não
148 receberão todas as doses simultâneas; como será a priorização das doses; como
149 serão distribuídas essas doses; a faixa etária; vacinas para gestantes e outros.
150 Ariele Fialho esclarece que não chegaram recomendações sobre a organização,
151 sobre o escalonamento.

152 **Encaminhamentos:** Levar para a CIB a alteração da Deliberação vigente para
153 ajustar a essas novas diretrizes.

154

155 **3. MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA DURANTE O PERÍODO DO FINAL DO
156 ANO/RECESSO.**

157 João Fuck (diretor da DIVE) lembra as arboviroses, que aumentam em períodos
158 de calor e chuva. Como haverá recesso e ponto facultativo, solicita que os
159 municípios façam plantão, como a SES também fará. Não dá para parar de
160 monitorar, de encaminhar as amostras. Lembra ainda que a saúde é uma área
161 essencial. A SES já está se organizando para esse período de verão e para o
162 período de fim e início de ano. A projeção da FIOCRUZ é para um ano de 2026
163 não muito fácil. As Américas perderam o certificado de controle das doenças.
164 Ressalta a necessidade de que as atividades não sejam paradas. Fábio Gaudenzi
165 informa que as Gerências de Saúde estarão em plantão presencial, nos dias de
166 recesso e facultativo. Pedro (AMFRI) cita que na sua Região, realizarão plantões,
167 sobreaviso e trabalho normal, de 19 a 5 de janeiro de 2026. A Região de Itajaí
168 recebe muitos turistas, aumentando em pelo menos, 5 vezes, a população. Estão
169 comunicando na Região. Daianne Barboza (Lages) informa que farão plantões em
170 todos os dias do recesso e já estão alinhados com a Gerência de Saúde. Vera
171 (Araranguá/Região de Araranguá) menciona que em sua Região já fizeram a
172 programação para plantões, ficando o atendimento normal. Talita Piccoli (Jaraguá
173 do Sul) informa também, que não irão parar no recesso.

174

175 **4. VACINAS DA COVID 19.**

176 Ana Paula dos Reis (Nordeste) questiona sobre a vacina Covid 19 para crianças,
177 que entrou no calendário de vacinação. É uma vacina obrigatória, mas há pais que
178 tem restrições sobre esta vacina. A escola não deixa de matricular esta criança
179 pela falta da vacina, mas, a SMS comunica o Conselho Tutelar por falta da vacina
180 no calendário. Informa que pais e advogados foram a SMS, alegando que existem
181 regiões que não estão realizando esta vacina, alegam que não é obrigatória, não
182 sendo necessário denunciar ao Conselho Tutelar. Questiona como proceder. Fábio
183 Gaudenzi Faria coloca que não havia pautado este item, pois necessitaria
184 encaminhar com antecedência para realizar um levantamento de todo o material
185 existente e como procederam as outras regiões. A pauta deveria estar um pouco
186 mais amadurecida. Necessitaria uma discussão prévia. Para a próxima CT, farão
187 um levantamento nas Regiões de Saúde e nas instâncias envolvidas, para ter um
188 encaminhamento para a melhor solução. A saúde é mais fácil esse
189 encaminhamento, mas, são necessários conhecer os entendimentos e os



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

190 encaminhamentos do Conselho Tutelar. Clemilson de Souza (Cosems) coloca
191 alguns posicionamentos do Judiciário.

192

193 Por fim, ficou acordado que as reuniões desta CTVR no ano de 2026, serão
194 alternadas em presencial e online. Quando for online, será em dia individual.
195 Quando a reunião for presencial, será realizada no mesmo dia que as outras CT,
196 fazendo um rodízio dos horários entre as outras 2 CT, para que esta não fique
197 sempre por último ou no meio das outras 2.

198

199 **LOURDES DE COSTA REMOR**
200 Secretaria da Comissão Intergestores Bipartite